

AS DESIGUALDADES QUE NOS FAZEM

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

EM 2020 QUEREMOS IGUALDADE

KUMI NAIDOO

De Belém à Amadora

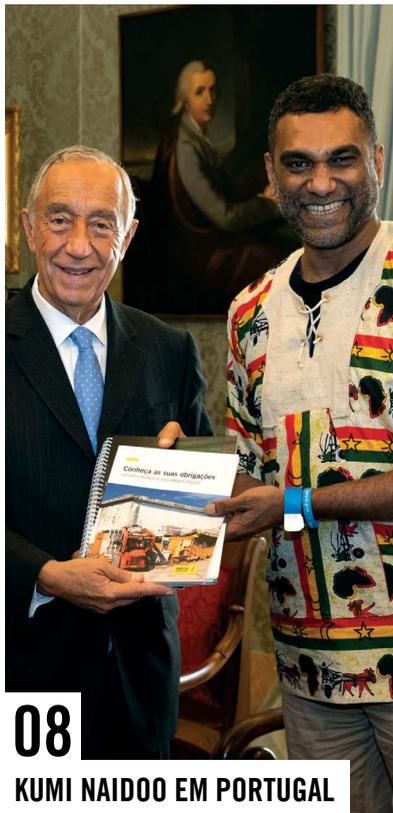
MOBILIDADE

As barreiras que persistem

ANGOLA

SOS no sul do país

NESTA EDIÇÃO:



08

KUMI NAIDOO EM PORTUGAL



12

FÓRUM DA CORAGEM II



22

IGUALDADE SEM BARREIRAS



30

SOS GAMBOS



38

2019 EM REVISTA

Imagem da capa: Bairro da Torre, Camarate, dezembro de 2019 © Amnistia Internacional



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - José Alexandre Silva,
Pedro Galinha

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número: Pedro Ribeiro Silva,
Ana Farias Fonseca, Filipa Mourão

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/aiportugal



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Quando a igualdade não é igual para todas as pessoas

A universalidade dos direitos humanos pressupõe que todas as pessoas nasçam livres e iguais em dignidade. Esse é o mote do primeiro artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que coloca estas garantias no plano supranacional.

A **igualdade** configura-se assim como sendo indivisível da liberdade, como fundamental para a dignidade e para a valorização pessoal, e como indispensável para que possamos viver num mundo em que todos, sem exceção, têm acesso a todos os seus direitos. E basta que uma pessoa não tenha acesso a um único desses direitos para que deixe de existir igualdade.

Mas, 71 anos depois, as desigualdades permanecem plasmadas na nossa sociedade, em muitas dimensões. Permanecem enquanto houver discriminação pela ascendência, pela orientação sexual ou por aquilo em que acreditamos. Permanecem enquanto existir disparidade entre géneros, enquanto existir pobreza, enquanto o acesso à educação e a uma habitação adequada não for universal. As desigualdades permanecem enquanto o envelhecimento trazer uma vulnerabilidade acrescida e enquanto

características físicas menos comuns sejam inibidoras de oportunidades.

Estas são algumas das muitas faces da desigualdade. Que tem tantas outras, mais escondidas para o mundo, mas que tanto impacto têm na vida quotidiana das pessoas que mais sofrem com elas. Uma viagem em transportes públicos em Lisboa não é igual para todos e a diferença cresce ainda mais fora das zonas urbanas. A gestão diária – e até mesmo as oportunidades na vida profissional – não são iguais para uma mãe com um filho totalmente dependente, ainda mais quando há falta de apoios e de uma rede de cuidados especializados.

Esta edição da revista AGIR foca-se nas desigualdades, com uma abordagem por diferentes perspetivas para mostrar o que tantas vezes não vemos, mas que existe e persiste. É preciso que estas “desigualdades escondidas” sejam expostas e que se ganhe uma consciência coletiva, para que se faça um caminho rápido para as mitigar. Porque enquanto não formos todos e todas realmente iguais em oportunidades, liberdades e direitos não nos podemos considerar uma sociedade em que os direitos humanos – que são interdependentes e indivisíveis – existem em plenitude.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JAN

27

Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

FEV

6

Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

20

Dia Mundial para a Justiça Social

MAR

8

Dia Internacional da Mulher

21

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© Mateo Lanzuela

GRANDE ANGULAR ■

O descontentamento provocado pelo aumento das tarifas dos transportes públicos foi o rastilho para milhares de pessoas saírem às ruas, no Chile, em meados de outubro. Depois, a exigência multiplicou-se por justiça, saúde, educação e segurança social.

A resposta das autoridades não se fez esperar, com resultados desastrosos. Até ao início de dezembro, morreram mais de 20 pessoas, cinco destas às mãos da polícia e do exército. O balanço contava ainda cerca de 2300 feridos, sendo que mais de 1400 tinham sido vítimas de arma de fogo. Há também casos de abusos sexuais reportados.

No terreno, a missão da Amnistia Internacional concluiu a existência de tortura e maus-tratos. Além disso, sob o comando do presidente Sebastián Piñera, as autoridades cometeram ataques generalizados com força desnecessária e excessiva para punir a população que se manifestava.



POLIS

POLIS

POLIS

POLIS

POLIS

POLIS

530
8

CEVİK KUVVET
ÖZEL TİM

CEVİK KUVVET
ÖZEL TİM

CEVİK KUVVET
ÖZEL TİM

CEVİK KUVVET
ÖZEL TİM

POLIS

POLIS

PO



© Bilal Gülden / Mesopotamia Agency

GRANDE ANGULAR ■

Uma enorme corrente policial previne que um grupo de pessoas leia uma declaração pública contra a incursão da Turquia no nordeste da Síria. Tudo aconteceu na cidade turca de Diyarbakir, onde se encontravam alguns deputados do Partido Democrático do Povo, pertencentes à oposição.

Nos meses que antecederam esta operação militar e o estabelecimento da chamada “zona de segurança”, a Amnistia Internacional concluiu que Ancara deportou refugiados sírios, de forma ilegal, para o país vizinho. Com base em entrevistas realizadas entre julho e outubro de 2019, foi possível documentar a existência de centenas de casos.

Os relatos indicam que muitas pessoas foram sujeitas a violência policial e ameaças para assinar documentos em que declaravam a intenção de regressar à Síria. As autoridades turcas contrapõem, referindo que mais de 300 mil pessoas partiram de forma voluntária.



© Miguel Figueiredo Lopes / Presidência da República

Ainda mais perto

Kumi Naidoo esteve em Portugal, numa visita com paragem no Palácio de Belém. A agenda levou-o ainda à Amadora, onde conheceu o Bairro 6 de Maio e participou numa vigília pelo direito à habitação com moradores e ativistas.

A distância entre o Palácio de Belém, em Lisboa, e o Bairro 6 de Maio, na Amadora, é curta. Mas, aos olhos de qualquer pessoa, parece exigir uma viagem imensa, de muitos quilómetros, até outra realidade. De Portugal, o secretário-geral demissionário da Amnistia Internacional (ver caixa) levou esta fotografia, revelada pelas assimetrias que ainda persistem.

Não é de estranhar que um dos temas nomeados por Kumi Naidoo na audiência com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, fosse o direito à habitação adequada. Da situação de algumas comunidades na periferia de Lisboa, como o Bairro 6 de Maio, até à pressão crescente que a classe média e trabalhadora

enfrenta nos grandes centros urbanos, ficou bem patente a preocupação da Amnistia Internacional.

Antes da visita, que decorreu no dia 4 de dezembro, Kumi Naidoo já tinha referido que, “apesar de o governo afirmar que Portugal virou a página da austeridade, ainda há muito a fazer para garantir que todos os direitos humanos são usufruídos por todos”. Um desses casos é o direito a uma habitação condigna, que “continua a não estar garantido, especialmente nas grandes áreas urbanas”. “E esta não é uma questão política, é uma questão de direitos humanos. Todas as pessoas, em Portugal, merecem viver com dignidade, paz e segurança, livres da ameaça de perder o seu lar”, afirmou o responsável.

Conhecedor da realidade nacional, Kumi Naidoo notou que “a habitação é um direito humano e a nova Lei de Bases da Habitação afirma-o de forma clara”. “Agora, o governo precisa de traduzir isso em salvaguardas contra desalojamentos forçados, recursos para construir casas mais acessíveis e melhorar as antigas, bons processos para garantir que as pessoas são consultadas, de uma maneira genuinamente adequada, caso seja necessário desmantelar bairros informais”, lembrou.

Do lado de Marcelo Rebelo de Sousa, ficou uma certeza: o presidente da República está a par do que se passa e sabe que este é um desafio. A mesma atenção foi dirigida à situação nas prisões portuguesas, com o chefe de Estado a

reconhecer os problemas que estão à vista em decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. O caso mais recente foi a condenação de Portugal após uma denúncia de um ex-recluso de nacionalidade romena sobre as condições degradantes de prisão a que foi sujeito.

As alterações climáticas e os direitos humanos, bem como o acolhimento de refugiados e migrantes fecharam o encontro entre Kumi Naidoo e Marcelo Rebelo de Sousa. Sobre este último dossiê, o responsável da Amnistia Internacional sublinhou que o facto de tantas pessoas deixarem o país é um sinal de que os processos de integração podem não estar a ser implementados da melhor forma.

AÇÃO PELA MUDANÇA

Do Palácio de Belém para a Amadora, Kumi Naidoo visitou o Bairro 6 de Maio e, ao princípio da noite, juntou-se a moradores e ex-moradores, associações e ativistas numa vigília pelo direito à habitação adequada. “Primeiro, ignoram-te, depois, riem-se de ti. Depois, atacam-te e, no fim, vences”, partilhou com as mais de 60 pessoas que se juntaram à frente do edifício da Câmara Municipal da Amadora.

Das comunidades presentes ouviram-se histórias de dificuldades em aceder a habitação condigna. A pensar nisto,

a Amnistia Internacional Portugal produziu um manual, direcionado para autarquias e autoridades locais, funcionários públicos e outros representantes do Estado, com o objetivo de dar a conhecer e explicar as principais normas internacionais de direitos humanos sobre o direito a habitação adequada. Em traços gerais, trata-se de uma orientação prática sobre medidas-chave a implementar em casos de planeamento de projetos que possam envolver o desalojamento e a remoção de pessoas e comunidades dos locais onde vivem. À luz do direito internacional, estes só podem ser realizados como medida de último recurso, depois de esgotadas todas as alternativas viáveis, e no contexto de processos de consulta genuína com as pessoas afetadas.

Na Câmara Municipal da Amadora, foi entregue o último exemplar de um conjunto de 308 enviados para todas as autarquias portuguesas. Marcelo Rebelo de Sousa também recebeu de Kumi Naidoo um manual e, no mesmo dia, ficou disponível a assinatura de uma petição em que é pedido ao governo português que respeite, proteja e garanta o direito a uma habitação condigna como um direito humano de todas as pessoas, em conformidade com o direito e os padrões internacionais e regionais.

Até já, Kumi

No dia seguinte à visita a Portugal, Kumi Naidoo anunciou que iria abandonar o cargo de secretário-geral da Amnistia Internacional por motivos de saúde.

“Há muito tempo que considero a Amnistia Internacional um dos ativos mais importantes da humanidade e foi com um peso no coração que tomei a decisão de deixar o cargo. Agora, mais do que nunca, a organização precisa de um secretário-geral que esteja em plena forma e possa desempenhar o seu mandato com vitalidade. Esta organização e a missão dos direitos humanos universais merecem”, afirmou Kumi Naidoo, através de um comunicado.

“Foi um enorme privilégio trabalhar com a nossa excelente e comprometida equipa, bem como com os voluntários no Secretariado Internacional e com as secções. Fui inspirado pelo trabalho importante e corajoso que está a ser realizado pelo nosso movimento. Mas, devido à minha saúde, não tenho escolha a não ser tomar esta decisão dolorosa e renunciar. Preciso de recuperar e descobrir uma maneira mais sustentável de continuar a contribuir para a luta pela justiça no futuro”, acrescentou.

A atual secretária-geral adjunta, Julie Verhaar, já assumiu as responsabilidades de Kumi Naidoo. No mesmo comunicado, ficava bem patente a ideia de uma transição faseada, que culminará com a entrada de um novo responsável.

A presidente da Direção Internacional da Amnistia Internacional, Sarah Beamish, expressou “compreensão” pela saída de Kumi Naidoo. “Durante o seu mandato como secretário-geral, demonstrou uma verdadeira liderança, ajudando-nos a desenhar a próxima estratégia global e a garantir que podemos enfrentar os desafios de direitos humanos que o mundo tem pela frente”, notou.



© Amnistia Internacional



Ainda há vida no Bairro 6 Maio

No meio do que ficou de demolições antigas, há gente a viver no Bairro 6 de Maio, na Amadora. Kumi Naidoo visitou o local, conheceu moradores e ex-residentes, ficando com uma certeza: “É chocante ver as condições em que algumas pessoas vivem aqui. O apelo que faço, a todos em Portugal que têm o poder de fazer a diferença, é que atuem agora”, instou o secretário-geral demissionário da Amnistia Internacional.

A imagem com que se fica do Bairro 6 de Maio é de precariedade, degradação e insegurança. Mas quem habita o que resta dos edifícios sublinha a ideia de que, em tempos, houve uma comunidade, forte, com uma identidade própria. Muitos acabaram realojados em diferentes pontos da Grande Lisboa.

“É triste ver que uma comunidade, vibrante e com sentido de coesão, acabou destruída. Sim, eram pobres, mas tinham espírito de comunidade”, reforçou Kumi Naidoo.

No último relatório anual da Amnistia Internacional, ficou claro que as “condições habitacionais de pessoas das comunidades ciganas e de ascendência africana continuaram inadequadas”. O caso específico do Bairro 6 de Maio tem sido acompanhado por investigação da Amnistia Internacional Portugal, no que diz respeito ao cumprimento do direito à habitação adequada. Apesar de terem sido dadas alternativas habitacionais, muitas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), há relatos de quem não esteja em condições de beneficiar de apoio das autoridades.

A visita de Kumi Naidoo ao Bairro 6 de Maio foi acompanhada por associações que têm colaborado com a comunidade residente. Membros destas participaram na vigília do dia 4 de dezembro, organizada junto à Câmara Municipal da Amadora. Um momento que serviu para reafirmar a habitação como um direito humano, para todos, sem exceções, de forma a evitar que continuem a existir pessoas a sobreviver em condições de vida inadequadas.



© Amnistia Internacional



O que não vem nos roteiros de Lisboa

Quem aterriza no Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, espera tudo menos cruzar-se com a comunidade que vive, sem eletricidade e saneamento, no Bairro da Torre, em Camarate. Ali, bem ao lado da pista, há idosos, adultos doentes e crianças a coabitar com pragas de roedores, num ambiente de total insalubridade.

O caso é conhecido de todos e, em julho de 2018, voltou à esfera mediática, após um incêndio que provocou cerca de 30 desalojados. Apesar de terem sido encontradas alternativas para as pessoas afetadas, ainda há várias famílias no Bairro da Torre. Esta realidade foi presenciada pelo diretor regional para o sul de África e África Austral da Amnistia Internacional, Deprose Muchena.

“Infelizmente, isto mostra-nos a natureza chocante das desigualdades do mundo. Num tempo em que falamos de não deixar ninguém para trás, de sustentabilidade, há muitas comunidades que continuam a sofrer de negligência dos seus direitos humanos e ataques à dignidade”, disse o responsável, que participou na segunda edição do Fórum da Coragem.

Entre construções precárias, a maior parte sem janelas, acumula-se lixo

e entulho. Dos caminhos, que se confundem com a vegetação e a lama criada pela chuva, é possível ver cozinhas improvisadas ou bidões que servem de tanque para lavar roupa. Não há água quente ou aquecimento. O inverno exige o perigoso improvisado de ter caldeiras a lenha dentro daquilo a que esta comunidade chama casa.

Deprose Muchena fez um paralelismo com “as lutas que trava em África”, onde “o desemprego, a pobreza e a desigualdade levam à exclusão social”. “É este tipo de situação que deve unir-nos enquanto movimento global”, observou.

O direito à habitação adequada é reivindicado aqui, não só pelos residentes, como também pelos missionários combonianos que prestam apoio à comunidade, maioritariamente de ascendência africana e cigana. A presidente da Associação Torre Amiga, Ricardina Cuthbert, lembra que Portugal deve ser “mais solidário”, até porque vivem ali “pessoas que ajudaram o país a crescer”.

O destino do Bairro da Torre está traçado, mas as demolições não abalam o sentimento de comunidade que existe. É por isso que repetem o apelo para que não seja separada neste processo.



© Amnistia Internacional



© Amnistia Internacional

África: Um continente para o mundo

A segunda edição do Fórum da Coragem centrou o debate nos direitos humanos em África com um alerta: a corrupção coloca em causa o futuro de milhões de vidas.

É um lugar “cheio de promessas”, com um potencial humano e económico desmedido, mas que vive em “contradição”. África, o continente do tudo e do nada, falta cumprir-se como centro de oportunidades, ainda mais para a imensa população jovem que alberga.

A ideia foi partilhada pelo diretor regional para o sul de África e África Austral da Amnistia Internacional, Deprose Muchena, na segunda edição do Fórum da Coragem, que decorreu no dia 6 de dezembro, em Lisboa. Para o responsável, deparamo-nos com “um continente para o mundo, muito rico em recursos, mas muito pobre em desenvolvimento humano”.

“A África do Sul e o Zimbabué têm as maiores reservas de prata, Moçambique tem uma das maiores reservas de gás, Angola produz petróleo, mas as receitas dos recursos naturais não têm expressão nos orçamentos nacionais”, exemplificou Deprose Muchena.

Em causa está uma gestão financeira “viciada” por transferências ilícitas de dinheiro. De acordo com dados citados, todos os anos, mais de 200 mil milhões de dólares americanos provenientes do continente africanos acabam no estrangeiro, muitas vezes, com a cumplicidade de governantes ou altos cargos. A este valor somam-se as perdas

originadas por importações muito caras e exportações muito baratas.

Para a regulação dos fluxos financeiros, de forma a canalizar mais verbas em educação, saúde, habitação e infraestruturas, Deprose Muchena defende que os governos devem trabalhar com investigadores, ativistas e defensores dos direitos humanos. No plano das liberdades, estes também têm um papel essencial, mas continuam sob ataque. Um dos casos que o responsável da Amnistia Internacional mencionou foi o de Ericino de Salema, que também participou na edição de 2019 do Fórum da Coragem. O jornalista e jurista moçambicano, atual diretor do *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa*, foi sequestrado e espancado, em março de 2018.

GEOGRAFIA DAS INJUSTIÇAS

Durante a intervenção que fez, integrada no debate sobre as perspetivas e os desafios de direitos humanos em África, Ericino de Salema notou que persistem as “ameaças” e os “roubos estranhos” para “calar” quem trabalha nesta área. Além disso, lamentou que a polícia seja “parte do problema” e enfatizou a importância de existirem “fóruns de direitos humanos apoiados pela Amnistia Internacional que se associem e envolvam redes”,

bem como “mecanismos de denúncia e exposição de casos que ocorrem na região como forma de alertar o mundo”. À semelhança de Deprose Muchena, Ericino de Salema falou na corrupção. “Não existe um estudo sério sobre os seus malefícios como ofensa à vida. Em Moçambique, há falta de medicamentos nos hospitais, provisões e apoio aos grupos vulneráveis, sobretudo, se o país se depara com eventos como os ciclones Idai e Kenneth. Sem a corrupção, pelo menos, nos níveis de agora, muitas vidas não se teriam perdido”, argumentou.

José Marcos Mavungo também abordou a corrupção, mas em Angola, que assistiu a uma “certa esperança” com a chegada de João Lourenço à presidência. “Houve exonerações e muitos elementos do regime e da classe dominante foram levados a tribunal. Mas constatou-se que a corrupção está institucionalizada”.

Já sobre a situação de direitos humanos no país, o ativista é categórico, avaliando-a como “crítica” e citando os casos da província de Cabinda – um território “militarizado”, onde os movimentos pró-independência são reprimidos – e da fome na região dos Gambos, visitada pela Amnistia Internacional Portugal em outubro.

“Em Cabinda, temos também a questão ambiental, com a exploração económica massiva das riquezas sem recompensa para as populações locais. O mar está poluído e a floresta do Maiombe está a ser queimada”, acrescentou.

Da Guiné-Bissau, a académica Aua Baldé preferiu sublinhar aspetos positivos, como “a lei de paridade, aprovada no ano passado, e que se refletiu na constituição do próprio governo”. No capítulo dos desafios, a resposta foi pronta: instabilidade política.

“É latente, chega a ser insidiosa. Se tivermos em conta os primeiros-ministros que tivemos nos últimos cinco anos, vemos que a instabilidade afeta os direitos mais básicos”, sintetizou.

O FUTURO DA CPLP

No segundo painel do dia, a discussão centrou-se nos desafios que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem pela frente, com destaque para a questão da mobilidade. O mote foi

lançado pelo fundador e antigo presidente da AIPA – Associação dos Imigrantes nos Açores, por Paulo Mendes. “Infelizmente, apesar do progresso, é uma organização lenta. Na CPLP, as pessoas concretas não existem. Falo da mobilidade. Uma pessoa de Cabo Verde demora muito tempo para ter um visto de turismo para entrar em Portugal”, apontou.

Sara Duarte Lopes, especialista em políticas públicas de Cabo Verde, alinhou no mesmo discurso. “Não há cabo-verdianos sem relações em Portugal”, lembrou a também antiga ministra da Descentralização, Habitação, Água e Gestão do Território de Cabo Verde.

Coube ao subdiretor-geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Pedro Antunes, fazer um contraponto, dizendo que, desde 1996, “há enormes expectativas sobre o que a CPLP deve ser”, até em matéria energética. Sobre a mobilidade, o responsável notou que

há várias opiniões sobre o tema, dando os exemplos de Moçambique e Angola que “têm uma perspetiva diferente”. “A liberdade de circulação como a temos na União Europeia, permitindo a um cidadão trabalhar noutra país, significa que os portugueses podem ir para lá e também que os próprios países perdem os seus melhores quadros”, afirmou.

Uma “intervenção mais forte” da CPLP na situação da Guiné-Bissau levou Paulo Mendes a defender que a organização deve contribuir para a “normalidade política que, não se verificando, leva a problemas de direitos humanos”. A questão da Guiné-Equatorial também foi exposta com Sara Duarte Lopes a argumentar que o país, que continua sem abolir a pena de morte, tem de promover “princípios de boa governança e o primado da paz”. “Quando um estado quer aderir a este espaço de concertação faz compromissos e isso aconteceu. A CPLP tem de ter mais cuidado nos processos de adesão”, alertou.

CONCERTO DA CORAGEM COM SALA CHEIA PELA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O cartaz prometia uma noite solidária, mas a expectativa acabou ser ultrapassada em larga escala. O público esgotou o LAV – Lisboa Ao Vivo, em nome da defesa dos direitos humanos, e os artistas que se associaram ao Concerto da Coragem proporcionaram um momento inspirador e de união.

Os ritmos tradicionais de Cabo Verde chegaram, literalmente, pelas mãos da Orquestra de Batukadeiras de Portugal. Força, animação, entrega e partilha são algumas das palavras que ficaram da atuação do grupo que tem acompanhado Madonna na promoção do último álbum Madame X.

Depois, subiu ao palco NBC, que ao fazer ecoar a música “Igual a ti”



lançou-se para a plateia, unindo todas as pessoas à sua volta. Mayra Andrade, uma das artistas mais reconhecidas da nova geração de músicos de origem africana, veio com temas de “Manga” e uma história dos tempos de infância: “Na escola, fazíamos todos os anos atividades para recolher fundos para a Amnistia Internacional”. Sobre a noite de 5 de dezembro, disse ter uma sensação “diferente” dos outros espetáculos em que tem estado. E o público deu-lhe toda a razão.

Bonga trouxe não só a alegria contagiante da música angolana, como também uma mensagem de esperança pela “paz, harmonia e ligação entre os povos”. Essa foi a razão de ter participado no Concerto da Coragem, que fechou com uma performance interventiva e quase biográfica de Ikonoklasta – uma das peles do rapper, autor e ativista luso-angolano Luaty Beirão.

Basta folhear um dicionário para perceber a dimensão da palavra “desigualdade”. Desde logo, “falta de igualdade” e “diferença”, mas também “irregularidade”, “desproporção” e “inferioridade”.

Nesta edição, olhamos para o impacto da desigualdade na vida de muitas pessoas e em diversas áreas, como saúde, educação ou mobilidade. De Aveiro a Lisboa, até Palmela, Ponte de Lima ou Viseu, percebemos que os meios técnicos, científicos e comunicacionais de ponta continuam a não chegar a todos, mesmo no Portugal que acaba de entrar na terceira década do milénio.

Outros problemas, como a paridade salarial, a situação dos sem-abrigo ou a discriminação e violência contra idosos, persistem na sociedade atual.



© NeONBRAND

Paridade salarial só em 2276

O ano de 2019 terminou com a publicação do *Global Gender Gap Report 2020* pelo Fórum Económico Global. As conclusões são avassaladoras: só daqui a 257 anos é que homens e mulheres vão estar no mesmo patamar salarial. Ou seja, a paridade de géneros no trabalho será uma realidade num horizonte de cerca de dois séculos e meio.

No mesmo documento, fica o alerta de que a desigualdade em contexto laboral continua a aumentar, em todo o mundo, apesar de assistirmos a um reforço dos movimentos sociais que se batem em sentido contrário. Além disso, apenas 55 por cento das mulheres em idade adulta estão a trabalhar, contra 78 por

cento dos homens. Quanto aos salários, elas ganham menos 40 por cento do que eles para realizarem trabalhos em funções semelhantes.

Entre os pontos positivos, há um que salta mais à vista. De acordo com o relatório, o número de profissionais do sexo feminino em altos cargos cresceu dois por cento.

O Fórum Económico Global avaliou as disparidades em 153 países, a partir de áreas como a educação. Neste caso, a disparidade foi reduzida em 96 por cento, podendo ser eliminada num período de apenas 12 anos. No setor da saúde, a diferença entre géneros

também apresenta uma diminuição semelhante, mas não foi possível prever o tempo necessário para atingir a paridade, em parte devido a problemas registados na China e Índia.

No plano político, as mulheres ocupavam 25,2 por cento dos assentos em câmaras de deputados ou de representantes, em 2019. Trata-se de um ligeiro aumento, face aos 24,1 por cento de 2018. Já a nível ministerial, a taxa era de 22,1 por cento, no ano passado, contra os 19 por cento do período homólogo de 2018.

Nas profissões que o Fórum Económico Global considera como do futuro, só

em duas áreas é que as mulheres representam a maioria em relação aos homens.

No índice global da igualdade de género, Portugal encontra-se no 35.º lugar, atrás da Áustria e à frente da Eslovénia, numa lista encabeçada por Islândia, Noruega e Finlândia. Os últimos lugares são ocupados por Paquistão, Iraque e Iémen.

Em 2019, Portugal ganhou duas posições face ao ano anterior. Contudo, há motivos de preocupação, já que 67,7 por cento das mulheres têm educação superior contra 60,1 por cento dos homens, sem que esta diferença esteja espelhada nos salários.

Este ano, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança

Social anunciou que vai iniciar a sistematização de estatísticas sobre a desigualdade salarial, por área de trabalho. A informação será, posteriormente, analisada e pode levar à intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Quanto à diferença salarial entre homens e mulheres em Portugal fixa-se em 16,7 por cento. Os dados, apresentados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, apontam que esta desigualdade tem como resultado uma quebra média de rendimento de 2464 euros por ano para as trabalhadoras do sexo feminino. Em cargos de chefia, a disparidade é mais acentuada, fixando-se em nove mil euros.

IGUALDADE DE GÉNERO NAS PROFISSÕES DO FUTURO



65%

Recursos Humanos e Cultura



57%

Produção de Conteúdos



15%

Engenharia



12%

Computação em Nuvem

Dados: Fórum Económico Global

Violência doméstica continua a matar

No último Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, assinalado a 25 de novembro, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresentou um relatório que identifica as vítimas de violência doméstica durante os anos de 2013 e 2018. Neste período, registou-se um total de 43.456 processos de assistência, que se traduziram, depois, em 104.729 factos criminosos.

Só no ano passado, mais de 30 pessoas morreram em contexto de violência doméstica. A residência comum continua

a ser o local de maior ocorrência dos crimes. As vítimas continuam a ser maioritariamente mulheres (cerca de 86 por cento), casadas (33,7 por cento) e pertencentes a um tipo de família nuclear com filhos (41,2 por cento).

A Amnistia Internacional Portugal apela à urgência do reforço de trabalho concertado e entre vários ministérios governamentais para efetivar esforços consequentes para a eliminação da violência contra as mulheres e para garantir os direitos das vítimas no acesso à justiça.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2013-2018)



43.456

processos de assistência



104.729

factos criminosos



Dados: APAV



© Sydney Sims



© Cristian Newman

Envelhecimento desigual

Portugal continua a ser um dos países europeus mais desiguais para os idosos. A constatação foi feita, no ano passado, no relatório sobre o sistema de pensões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Às carências económicas de muitos juntam-se outros problemas como o isolamento e a violência, que podem ser prevenidos com maior proximidade das autoridades. Um dos projetos existentes é o Censos Sénior da Guarda Nacional Republicana (GNR), dedicado a identificar a população idosa que vive sozinha em todo o país. De acordo com os últimos dados, apresentados em novembro, 41.868 pessoas viviam sozinhas ou isoladas.

A GNR foi obrigada a reportar 215 situações de maiores vulnerabilidades às entidades competentes. Outros 4274 idosos acabaram por receber apoio de outras instituições.

O maior número de casos de pessoas a viver sozinhas ou isoladas foi registado no distrito de Vila Real (4736), seguindo-se Guarda (4183), Faro (3272), Viseu (3201), Portalegre (3147) e Bragança (3142). Em Lisboa, foram identificados 626 idosos, enquanto que, no Porto, existiam 1026.

A condição física, psicológica ou outra que possa colocar a sua segurança em causa são as premissas para a atuação dos militares, que promovem o contacto pessoal e a realização de ações em sala.

No ano passado, também ficou a saber que a violência sobre idosos registada pelo serviço SOS Pessoa Idosa – uma linha de apoio de âmbito nacional operada pela Fundação Bissaya Barreto – aumentou cerca de 20 por cento, graças aos 317 pedidos de ajuda/contactos e 280 processos internos registados em 2018.

As vítimas são, maioritariamente, mulheres (66 por cento), sendo que quase metade da amostra (47 por cento) corresponde a pessoas em situação de viuvez. A média de idades das vítimas é de 79 anos. Mais de dois terços dos agressores (70 por cento) são familiares, com maior predominância para os filhos.

A situação em que se encontram também é paradigmática, já que 39 por cento vivem sozinhas, 21 por cento residem com filhos, 14 por cento com o cônjuge e nove por cento em instituições. Os dados apurados concluíam ainda que os casais são vítimas em conjunto em dez por cento das ocorrências reportadas.

O SOS Pessoa Idosa indica que como forma de violência mais comum surgem agregados a violência física e a violência psicológica (17 por cento), o abuso financeiro e a violência psicológica (16 por cento) e a negligência e o abandono (15 por cento).

Dados: GNR



41.868

vive sozinho ou está isolado



215

situações reportadas de vulnerabilidade



4274

situações de apoio prestado por instituições



© Mihaly Koles

Invisíveis, mas reais

O drama das pessoas sem-abrigo pode ser encontrado em todo o país. Para identificar em tempo real os casos existentes, vai ser criada uma plataforma que permite articular toda a informação a partir do trabalho de quem atua no terreno. Integrado da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), este novo mecanismo está a ser desenvolvido pelo Instituto de Segurança Social, que está ciente das dificuldades em conhecer a verdadeira dimensão do problema devido à volatilidade dos números.

Como referência, existe um inquérito elaborado pela ENIPSSA que dava conta de 3396 pessoas sem teto ou sem casa, em 2018. Destas, 1443 pessoas viviam na rua, em espaços públicos, abrigos de emergência ou locais precários e 1953 pessoas habitavam locais onde a pernoita é limitada. Os resultados indicam ainda que cerca de 45 por cento do total das pessoas que viviam na rua foram identificadas na Área Metropolitana de Lisboa.

A Amnistia Internacional tem alertado para a necessidade de existirem respostas a problemas lesivos da dignidade das pessoas em matéria de habitação. Aquando da preparação da Lei de Bases da Habitação, foi reiterada a necessidade de serem definidas e implementadas leis, políticas, programas e práticas que cumpram efetivamente as obrigações internacionais e regionais do Estado português.

“A Lei de Bases da Habitação deve prever os meios necessários para responder a variados casos, garantindo o pleno respeito pelos direitos humanos. Situações de sem-abrigo, despejos forçados – onde não foram esgotadas todas as alternativas nem houve envolvimento de todas as partes – e famílias sem os meios adequados para manter a sua habitação têm de ser objeto de resposta contra a pobreza extrema em Portugal”, referiu o diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto.

SEM-ABRIGO EM PORTUGAL



3396

pessoas sem teto
ou sem casa



45%

Área Metropolitana
de Lisboa



Dados: ENIPSSA



Mães coragem

Têm filhos totalmente dependentes, mas lamentam a falta de apoios e de uma rede de cuidados especializados. Mesmo assim, não abdicam de estar perto deles.

Até aos seis meses, Bernardo teve um desenvolvimento normal. Depois, começaram as idas ao hospital, o bater à porta de especialista em especialista, as convulsões. Agora, aos 18 anos, está numa situação de total dependência.

Bernardo sofre da Síndrome de Lennox-Gastaut, caracterizada por longos períodos de ausência e problemas a nível motor. Ao contrário de quem tem a mesma idade, nunca vai poder ir à universidade ou tirar a carta.

As limitações não ficam por aqui porque o próprio sistema responde com um “não” a várias necessidades, até a nível de saúde. “Devido às convulsões, o Bernardo perdeu quatro dentes. O médico disse-me que esperava que a natureza não fosse tão má como tem sido até agora. Entretanto, não consigo pôr-lhe os dentes porque ele tem de ir ao bloco operatório e o

Estado não comparticipa”, explica a mãe, Irina Sotto Mayor.

Lesões no septo nasal, provocadas por quedas, têm consequências respiratórias. Mas também aqui a resposta clínica é condicionada. “Eu perguntei ao médico: ‘se fosse um pugilista ou um jogador de rãguebi, também ficava sem ser operado?’”, expõe.

Irina Sotto Mayor é professora e vive na zona de Palmela. Ao longo do percurso profissional, muito pela situação do filho, não tem tido a possibilidade de ocupar vagas com horários completos. Continua a ser contratada e o resultado prático são níveis salariais mais baixos do que os colegas com os mesmos anos de serviço. A escolha dos locais de trabalho é uma das razões que dificulta a entrada no quadro, pois privilegia sempre a área de residência para estar mais perto de Bernardo, caso este tenha uma crise de convulsões.

© Daria Obymaha from Pexels

“Já trabalhei longe, em Cascais, mas tive de ir várias vezes a hospitais. Até hoje, ainda espero receber alguma multa por excesso de velocidade. Também temos de estar próximos para respeitar os horários da carrinha que o leva e traz da instituição”, conta.

Carla Francisco também vive na zona de Palmela e relata dificuldades semelhantes. O filho, Rafael, tem 15 anos e um quadro grave de convulsões. Desde a creche, uma das tarefas mais complicadas que têm tido pela frente é encontrar uma instituição com capacidade e, sobretudo, vontade de acolhê-lo.

“Não posso esconder que o meu filho tem deficiência. Na creche, tive a sorte de, numa última tentativa, encontrar uma local dirigido por uma pessoa que tinha um familiar com epilepsia. Antes, ouvi muitas vezes que já existiam outras crianças com problemas e que era impossível receber mais”, recorda.

Outro desafio é a questão laboral porque a prioridade de Carla Francisco é ter o filho perto. Depois, soma-se a situação familiar. “A relação com o pai

do Rafael correu mal. Aliás, há altas taxas de divórcio entre os casais com filhos nestas condições”, aponta.

Durante as férias, também é necessário encontrar resposta, com algumas instituições a disponibilizar colónias de férias. Se, por um lado, configuram uma solução para aquele período, por outro, fica sempre a dúvida sobre a forma como trabalham.

“Ficamos sempre de pé atrás”, desabafa Carla Francisco, que partilha alguns relatos de crianças que acabam por não poder acompanhar as outras em idas à praia devido à condição de saúde. É o caso de Rafael.

“Isso preocupa-me. Quero saber se o meu filho é bem tratado”, sublinha a mãe do menino de 15 anos. Irina Sotto Mayor complementa: “Já saí de instituições a chorar e disse: eu não ponho aqui o meu filho”.

DEPOIS DA MAIORIDADE

Com 18 anos, Bernardo teve de encontrar um novo espaço. Nestes casos, a solução é um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO). A mãe comenta que se deparou com situações em que os jovens têm de “ficar dois meses à experiência”. “Não sabia se ficava lá ou não. É angustiante. As instituições têm de se adaptar às crianças e não o contrário. E a sensação que tenho é que assim em várias instituições”, desabafa.

Quando Rafael atingir a maioridade, Carla Francisco terá a mesma angústia. “Não saberei se o Rafael vai ficar num CAO. A neurologista aconselhou-me a procurar outra resposta e partir para um lar residencial. Isso foi um balde de água fria. Na opinião dela, o estado do Rafael não permite que eu tenha qualidade de vida. Percebo, mas não consigo conceber a ideia de estar longe do meu filho. Ele tem de ser cuidado por mim. Há projetos de uma espécie de hotel onde os meninos podem viver durante alguns dias. Não vejo é porque

tenho de ficar longe do meu filho e, além disso, não há vagas nos lares residenciais. Quando há, são longe da minha área de residência”, argumenta.

Irina Sotto Mayor conhece um caso de uma mãe que só pode ver a filha aos fins-de-semana. “Trabalha e não tem ajuda de familiares. Neste caso, devia ter mais apoios, mas não”, lamenta.

Numa era de cruzamento de informação, esta mãe critica o facto de os serviços públicos não funcionarem em rede, o que implica esforços adicionais para solucionar várias questões com que se depara. “O meu filho nunca vai votar, mas está nos cadernos eleitorais. Será sempre uma abstenção e ninguém o retira de lá. Entretanto, aproxima-se o Dia da Defesa Nacional e sou eu que tenho de escrever uma carta a dizer que ele não se apresentará. É uma tortura para os pais”, critica.

RESPOSTAS NA SEGURANÇA SOCIAL

- **Bonificação do abono de família** para crianças e jovens com deficiência
- **Prestação social para a inclusão**
- **Subsídio de educação especial**
- **Subsídio para assistência** a filho com deficiência ou doença crónica
- **Produtos de apoio** para pessoas com deficiência ou incapacidade
- **Balcão da inclusão:** Atendimento especializado disponível nos Serviços de Atendimento da Segurança Social das sedes dos 18 distritos

Ver mais em:
<http://www.seg-social.pt/deficiencia>



© privado

7 PERGUNTAS A...

IZADINE GAMA

Autor do podcast IzzaGeraa

“Faço tudo isto para não me fechar”

| O podcast IzzaGeraa é uma espécie de diário onde partilha as experiências mais pessoais?

Sim, é um diário em que falo de um rapaz que veio de Angola e de todas as minhas experiências. Já passei por coisas boas e outras más. O podcast é um sítio onde me sinto bem e onde quero deixar as coisas boas. O facto de ser albinho levou-me a ter esta vontade de partilha com os outros.

| Chegou a Portugal ainda em criança. Qual foi a razão para a mudança?

Vim com dois anos, com os meus pais e irmãos, à procura de condições que não tínhamos. Portugal é um país desenvolvido, na Europa, e eu tinha problemas de visão.

| Esses problemas, associados ao albinismo, condicionaram-lhe a aprendizagem na escola?

No início, tinha de estar sempre perto do quadro e os testes tinham de ter letras maiores. Estou muito agradecido ao Centro Helen Keller, que é uma escola de ensino integrado para alunos com deficiência visual. Não só pelo ensino em si, mas também pelas lições para a vida que trouxe. Se não tivesse frequentado o Centro Helen Keller, seria outra pessoa. Tive ajuda para

uma maior integração porque, mesmo sendo albinho, podia ser como os outros e ultrapassar todos os problemas. Desenvolvi várias vertentes, desde a parte escolar, social e pessoal.

| Chegou a viver momentos complicados?

Estive no Centro Helen Keller entre os cinco e os 17 anos. Apesar de ter tido uma fase de revolta, os professores conseguiram que passasse. Nunca disse aos meus pais, apesar de eles terem percebido. Sabiam que eu era um pouco revoltado, mas não sabiam que era pelo albinismo. Hoje, vejo-o como uma característica pessoal. Mas, antes, via como uma doença, daí o motivo da revolta, que durou cerca de três anos, por altura da adolescência. Em primeiro lugar, foi um momento em que não sabia lidar com isso. Depois, as crianças conseguem ser muito cruéis e isso gerou esse sentimento.

| Já sentiu discriminação em Portugal?

Hoje em dia, não sinto. Já estamos mais evoluídos e sinto-me muito bem onde vou. Mas, no passado, tive alguns episódios menos bons. Uma vez fui buscar a minha irmã mais nova e uma amiga dela fez alguns comentários. Senti que a minha

situação era algo de mau para mim e para quem estava comigo.

| O núcleo de amigos que tem ajudado a ultrapassar estes momentos?

Eles olham para mim com igualdade. Totalmente. A única diferença entre mim e os meus amigos é no verão. Vamos à praia, mas eu tenho de ter cuidados redobrados. Chegam a levar protetor e chapéu para mim. Sinto-me bem com o meu grupo de amigos. Às vezes, até sou eu que brinco mais com a minha situação do que eles.

| Estuda jornalismo e comunicação. Esta área que escolheu obriga-o a uma grande exposição. Sente-se bem nesse papel até para inspirar outros como um exemplo de superação?

Estou no primeiro ano da faculdade e quero ser jornalista na área do desporto. O podcast também vem nesse seguimento, pois queria saber mais, dominar outros assuntos para dá-los a conhecer. A par disto, pretendo passar a minha experiência. Estou muito feliz e faço tudo isto para não me fechar. Já na escola foi assim. Tinha um colega albinho, mas se me relacionasse só com ele não seria benéfico. Acima de tudo, sou feliz como sou. E quero continuar a sê-lo.

INTERIORIDADES

As assimetrias entre o litoral e o interior são um constante fator de discussão. A história fala-nos das migrações para as cidades em busca de melhores condições de vida. É assim desde sempre. Onde há mais pessoas, há mais empresas. Onde há mais empresas há mais serviços. Onde há mais serviços há sempre mais pessoas.

Felizmente que, como toda a regra, há sempre a exceção. Nesta infografia refletimos sobre algumas questões, mas nos nascimentos por mil pessoas, quem manda é Ribeira Grande, nos Açores. Tem sido uma constante nos últimos anos.

DENSIDADE POPULACIONAL



Número de pessoas por quilómetro quadrado.

Dados Pordata de 2018

LITORAL

1º. Amadora	7604,4
2º. Odivelas	5980,2
3º. Porto	5189,2
4º. Lisboa	5064
5º. Oeiras	3830

INTERIOR

304º. Ourique	7,1
305º. Avis	7
306º. Idanha-a-Nova	5,8
307º. Mértola	4,8
308º. Alcoutim	4

TAXA BRUTA DE NATALIDADE



Onde nascem mais ou menos bebés por 1000 habitantes.

Dados Pordata de 2018

1º. Ribeira Grande	11,8
2º. Odivelas	11,7
3º. Albufeira	11,7
4º. Lisboa	11,6
5º. Faro	11,3

304º. Sta. Marta de Penaguião	3,7
305º. Pampilhosa da Serra	3,7
306º. Mértola	3,6
307º. Almeida	3,2
308º. Oleiros	2,8

HABITANTES POR MÉDICO E FARMACÊUTICO



Onde há mais e menos pessoas, em média, por médico ou farmacêutico.

Dados Pordata de 2018

304º. Oeiras	101,7
305º. Faro	94,2
306º. Lisboa	52,9
307º. Porto	44
308º. Coimbra	30

1º. Pampilhosa da Serra	4069
2º. Castanheira de Pêra	2669
3º. Madalena	1964
4º. Góis	1928,8
5º. Celorico da Beira	1755,3

MÉDICOS



Onde há mais e menos médicos não especialistas ou de algumas especialidades.

Dados Pordata de 2018

1º. Lisboa	9573
2º. Porto	4886
3º. Coimbra	4470
4º. Oeiras	1728
5º. V. N. Gaia	1707

304º. Barrancos	1
305º. Castanheira de Pêra	1
306º. Corvo	1
307º. Pampilhosa da Serra	1
308º. Lajes das Flores	0

PODER DE COMPRA PER CAPITA



Onde há, em média, por pessoa, maior e menor bem-estar material?

Dados Pordata de 2017

1º. Lisboa	219,6
2º. Porto	157,8
3º. Oeiras	156,5
4º. S. João da Madeira	135,4
5º. Faro	132,5

304º. Porto Moniz	56,9
305º. Cinfães	56,9
306º. Celorico da Beira	56,1
307º. Tabuaço	55,3
308º. Ponta do Sol	55,2

COMPUTADORES COM LIGAÇÃO À INTERNET NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO: TOTAL E POR NÍVEL DE ENSINO



Onde há mais e menos computadores nas escolas até ao 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade.

Dados Pordata de 2018

1º. Lisboa	16.917
2º. Sintra	7958
3º. Porto	7910
4º. V. N. Gaia	6133
5º. Braga	5308

304º. Fronteira	61
305º. Barrancos	57
306º. Mourão	30
307º. Crato	28
308º. Monforte	26



Igualdade sem barreiras

De Lisboa a Ponte de Lima, passando por Viseu, conhecemos três histórias de luta, superação e compromisso comum. Tudo em nome de direitos para todos.

Quando Sérgio Lopes (foto à esquerda) quer visitar a família, os preparativos não passam apenas por comprar um bilhete de comboio para a curta viagem entre Lisboa e Póvoa de Santa Iria. “Tenho de marcar a viagem com 24 horas de antecedência porque a minha cadeira pesa quase 200 kg. A CP diz que tem de passar a mensagem de que são precisas rampas e, numa determinada estação e hora, alguém vai sair. Estas marcações não fazem sentido porque a empresa tem de garantir a entrada e saída dos passageiros a qualquer momento”, comenta.

No serviço de autocarros, as limitações multiplicam-se: “Posso estar numa paragem três horas e não chegar nenhum com acessibilidade”. O metro é outro quebra-cabeça devido às avarias nos elevadores. Já o acesso às composições exige a presença de um funcionário que coloca uma rampa para Sérgio Lopes entrar e sair.

Nas ruas, o perigo é um denominador comum, mesmo em zonas relativamente

recentes de Lisboa. É o caso da Bela Vista, onde vive. Há passeios que terminam em entradas de parques de estacionamento e a única solução que tem é circular na estrada, durante cerca de 500 metros.

Sérgio Lopes faz este caminho quase todos os dias, entre a casa que lhe foi atribuída, no âmbito de um projeto-piloto para poder viver sozinho, e o Centro de Vida Independente, uma das duas associações com as quais colabora. “Tenho três assistentes pessoais e direito a 75 horas semanais. Ajudam-me a levantar, fazer higiene e nas refeições. Isto liberta as pessoas dependentes que, quando deixavam de ter apoio de familiares ou amigos, acabavam num lar”.

Este receio é transversal a muitas pessoas, especialmente a quem não tem informação. O problema é lembrado por Sérgio Lopes, um “privilegiado”, que beneficia da luta de outros nos últimos anos. “Está tudo no papel, já pouco há a acrescentar. Não vejo é na prática.

Pensa-se que basta colocar uma rampa na entrada, mas é necessário saber a inclinação necessária. Em cafés e pastelarias, o espaço entre mesas e o acesso ao balcão são complicados. É muito difícil encontrar casas de banho acessíveis e, às vezes, quando as encontramos, foram transformadas em armazém”, conta.

Quem pensa que os serviços públicos são melhores exemplos está enganado. “Já fui atendido à porta, faça chuva ou sol. Enquanto continuarmos a ser discriminados é preciso lutar e denunciar”, sublinha Sérgio Lopes, cuja determinação é o culminar de um processo. Se recuarmos 16 anos, quando tinha 21, percebemos porquê. Primeiro, um acidente numa obra em casa atirou-o para uma cadeira de rodas. Seguiram-se internamentos e um período de reclusão. Sem trabalho, decidiu que era altura de dar um novo rumo à vida: concluiu o 12.º ano, começou a contactar com organizações e acabou na Bélgica a ver como outros com os mesmos problemas

lutavam por uma vida melhor. Hoje, tem uma empresa de consultoria em acessibilidades e dirige o gabinete dedicado a esta área na associação Mithós de Vila Franca Xira.

“Quando saímos de Lisboa, percebemos que as diferenças são ainda maiores. Todos os locais têm de estar 100 por cento adaptados porque trabalhamos, temos a nossa vida e esse direito”, reclama Sérgio Lopes.

OBSTÁCULOS OU DESAFIOS?

Todos os dias, a vida coloca à prova Fernando Vieira (foto ao centro). É assim, sem exceção, há 44 anos. O que o distingue de tantos outros com ou sem os mesmos problemas é a forma como os encara: de frente, de forma valente e, sobretudo, com um sorriso nos lábios.

Fernando Vieira sofre de atrofia muscular espinhal tipo II, uma doença neuromuscular, de origem genética, que afeta desde a locomoção até às vias respiratórias. Em criança conseguia andar, mas, rapidamente, passou para as “amigas” muletas e, depois, para a “inseparável” cadeira de rodas.

Ao longo da vida, Fernando Vieira já foi obrigado a contornar e a superar muitos e diversos obstáculos. Uns que poderiam ter mais impacto negativo do que outros. O que marcou mais a sua adolescência veio de onde menos se esperava, do sistema educativo, já que ficou impossibilitado de estudar o que pretendia: informática. A única escola do concelho de Viseu com essa vertente só tinha uma sala especializada num primeiro andar. Para Fernando era impossível subir até esse piso, dadas as imensas barreiras arquitetónicas existentes no edifício. Quando se esperava que, no mínimo, a escola mudasse a sala, isso não aconteceu.

A solução foi encarar a decisão “com otimismo”. “O que poderia fazer? Revoltar-me? Nada disso. Encarei como mais um desafio. Escolhi outro percurso

escolar que, depois, resultou em nada. Hoje, trabalho na área da informática, sendo responsável pela proteção de dados da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu, da qual também sou vice-presidente da direção”, explica.

A morar em Viseu, Fernando Vieira sabe que a cidade tem mudado muito, ao longo dos anos, para melhor. E, em alguns casos, com uma quota-parte de responsabilidade. “Quando a Loja do Cidadão, existiam muitas barreiras. Decidimos, eu e mais umas duas dezenas como eu, de cadeira de rodas, chamar a imprensa local e, num sábado, entupimos todos os acessos. Uma semana depois estava resolvido”.

Entre vitórias, há também lamentos, como o facto de nunca ter votado. “Faço parte, infelizmente, do grande número de abstencionistas. Mas faço porque o Estado não me permite ser autónomo. No meio de tanta evolução, por que razão pessoas como eu, que não conseguem pegar numa caneta para colocar uma cruz, não têm um sistema digital, utilizando, por exemplo, o cartão de cidadão, que permita votar eletronicamente? Eu sei que posso passar uma procuração e a minha esposa vai votar por mim, mas o voto não é secreto? Enquanto assim for, com esta desigualdade de direitos, nunca votarei. É uma forma de protesto que me custa, é certo, mas que levo até ao fim”, assegura.

O DESPORTO COMO MOTIVAÇÃO

A expressão “a vida pode mudar num segundo” encaixa bem na história de João Ribeiro (foto à direita). Aos 16 anos, na viagem de regresso após o exame de condução de motociclos, teve um acidente grave que fez com que ficasse paraplégico. Os primeiros dias foram difíceis, até porque no hospital a comunicação “não foi a melhor”, mas quando percebeu que uma cadeira de rodas seria o seu “destino”, mudou o chip e, motivado, começou à procura da melhor forma de encarar o futuro.

A justificação para essa forma de estar é muito simples e bem explicada nas palavras de João Ribeiro: “Psicologicamente, sempre fui muito forte, talvez pela infância que me obrigou a ser assim. Depois, nunca fui de desistir ao primeiro falhanço, fosse em que situação fosse. Sou muito competitivo. Se, hoje, faço algo bem, na próxima oportunidade tentarei fazer melhor”.

Não é de estranhar que o desporto seja, desde sempre, uma das motivações para conquistas diárias. Com 37 anos, joga basquetebol federado na equipa tetracampeã nacional, o APD de Braga, e faz remo no Viana Remadores do Lima, em Viana do Castelo, onde também já conquistou o lugar mais alto do pódio. Os ganhos com o desporto são muito maiores do que a conquista de títulos e medalhas. São de dimensão humana: “Primeiro, porque convivo com outras pessoas com o mesmo tipo de deficiência e isto leva à partilha de conhecimentos, de ideias, de produtos que, eventualmente, alguém tenha e que o outro possa vir a beneficiar. Depois, faz com que eu e outras pessoas tenham uma maior confiança, uma maior autonomia, porque não estamos sozinhos”.

João Ribeiro é de Ponte de Lima, uma cidade que tem evoluído, mas não na velocidade e no ritmo que deveria. Ao elencar todos obstáculos, não se esquece de quem planeia, mas, principalmente, de quem demonstra falta ao respeito, diariamente, a quem tem alguma dificuldade.

“Os principais obstáculos são as barreiras arquitetónicas. Seja um degrau, uma caixa multibanco sem acessibilidade ou uma casa de banho que serve de armazém de mercadorias. Depois, temos a falta de civismo dos outros, que estacionam nos lugares reservados para pessoas com mobilidade reduzida. O pior é que quando são chamadas à atenção ainda se acham donas da razão”, lamenta.





© Privado

DOSSIÉ ■

LABORATÓRIO CÍVICO DE SANTIAGO

Quis o destino que Adriano Miranda, fotojornalista do Público, fosse em serviço assistir ao lançamento do Laboratório Cívico de Santiago, uma iniciativa que fez do Bairro de Santiago, em Aveiro, um local de partilha e de apresentação de ideias para melhorar o espaço público.

Sensibilizado pelo Laboratório e pelas palavras proferidas por José Carlos Mota, um dos ideólogos da iniciativa, Adriano Miranda sentiu-se desafiado e avançou com o projeto Fotojornalismo na Redação Santiago, que tinha como fundamento essencial permitir a qualquer criança ou jovem a possibilidade de fotografar, quebrando dessa forma, todas as barreiras proporcionadas pela desigualdade de oportunidades.

Para o responsável, esta foi uma aposta totalmente no escuro: “A adesão foi claramente melhor do que esperava. Depois de uma primeira sessão com projeção de imagens de fotojornalistas portugueses, foi-lhes dada uma máquina fotográfica analógica e, depois, foram com a missão de, no prazo de uma

semana, devolverem-nos o rolo para revelar. Sim, um rolo, algo que eles nunca tinham visto e nem sabiam que existia”.

A experiência correu “de forma perfeita”. Se a ideia era desafiar as nove crianças, elas responderam à altura. “Conseguimos fotografias fantásticas”, que, em primeiro lugar, saíram cartazes, que foram colados no bairro, numa noite classificada por Adriano Miranda como “soberba”. Por último, viraram exposição, na Capitania de Aveiro, um dos locais mais centrais da cidade.

“Materializou-se algo que eles nunca pensaram vir a ter, que é ter algo criado por cada um deles, num espaço público e de exceção. Não tenho dúvidas que é algo que lhes ficará marcado para a vida. E na minha vida também”, assume Adriano Miranda, que à AGIR fala ainda, como balanço e por muito contraditório que seja, de “um sentimento de perda”. “Foram três meses entusiasmantes e que, de repente, passaram, deixando um vazio difícil de colmatar”.

De Santiago a Belém

Um coletivo de cidadãos lançou o conceito de LAB CIVICO em Aveiro e identificou como espaço de intervenção o bairro de Santiago, localizado no centro da cidade, paredes meias com a Universidade de Aveiro.

Um dos mentores, José Carlos Mota, professor responsável pelo mestrado de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, explica a génese da ideia: “Pessoas com ligações à universidade, ao tecido associativo e empresarial entendeu lançar o conceito de LAB CIVICO em Aveiro. Ao contrário de outras experiências internacionais, nomeadamente a do MediaLab Prado, na qual nos inspirámos, a iniciativa foi feita em regime de voluntariado e sem apoios financeiros institucionais”.

Depois de lançada a ideia, ela foi abraçada por mais de “sessenta cidadãos”, que idealizaram “dez projetos cívicos”, tendo realizado “mais de 2500 horas de trabalho voluntário em torno dos projetos, que se traduziram em cerca de 40 reuniões e 14 eventos públicos”. O reconhecimento da comunidade foi tão extenso que chegou a Belém. “O projeto recebeu recentemente uma palavra de incentivo do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e apresentou publicamente os seus resultados no último 10 de junho, dia de Portugal, num evento designado Construir Comunidade”, expõe José Carlos Mota.





APELOS MUNDIAIS



© Amnesty International



© Amnesty International

BIELORRÚSIA

LIBERDADE PARA EMIL OSTROVKO

Aos 17 anos, Emil Ostrovko tinha toda a vida pela frente. Adorava ler e estava prestes a entrar na universidade. Mas tudo mudou quando foi acusado de pertencer a um grupo organizado que se dedicava ao tráfico ilícito de droga.

Como é que chegou até aqui? Emil Ostrovko tinha um trabalho de estafeta, depois das aulas, numa empresa que, segundo a informação que lhe chegou, vendia tabaco de mistura, de forma legal.

Os investigadores nunca procuraram o dono da empresa ou qualquer outra pessoa. Emil Ostrovko foi o único julgado e condenado a uma longa pena de prisão.

No centro de detenção juvenil onde esteve, foi forçado a trabalhos manuais, duros e por várias horas. Entretanto, foi transferido para uma prisão para adultos.

Na Bielorrússia, as condições de detenção para condenados ou suspeitos de crimes de droga são, geralmente, piores. Acredita-se que Emil Ostrovko é uma das cerca de 15 mil pessoas que cumprem longas penas de prisão por delitos menores e não-violentos relacionados com droga.

NIGÉRIA

COM NASU ABDULAZIZ E CONTRA OS DESALOJAMENTOS FORÇADOS

Nasu Abdulaziz morava em Otodo Gbame, na cidade nigeriana de Lagos. O lugar era precário, mas sempre foi a sua casa.

Quando tinha 21 anos, Nasu Abdulaziz viu o que não esperava: homens armados e com maquinaria para arrasar as construções. Sem aviso prévio, tudo foi destruído, desde casas a famílias, já que se registaram vítimas mortais.

Os homens agiam em nome do governo e foram voltando. Numa dessas ocasiões, Nasu Abdulaziz levou um tiro no braço. Os ataques foram também acompanhados de disparos de gás lacrimogéneo.

Um total de 30 mil pessoas foram despejadas. Muitas acabaram a viver em canoas ou debaixo de pontes. Nasu Abdulaziz faz parte de um movimento que quer garantir o direito à habitação adequada para quem perdeu o teto onde vivia.



© Allan Lissner



© Private

CANADÁ

JUSTIÇA PELOS INDÍGENAS DE GRASSY NARROWS

A comunidade indígena de Grassy Narrows, no Canadá, sofre os efeitos devastadores do envenenamento por mercúrio. Cinquenta anos depois, os mais jovens estão determinados a obter justiça.

O povo Grassy Narrows tem um relacionamento especial com o rio. A pesca é um meio fundamental para a cultura, as tradições e a economia local. Só que, nos anos de 1960, o governo permitiu que dez toneladas de lixo tóxico fossem despejadas no sistema fluvial que sustenta a comunidade. Os peixes foram contaminados com níveis extremamente altos de mercúrio, provocando graves problemas de saúde e alterações no modo de vida.

Em 2017, foi apresentada uma solução para acabar com os problemas, que passava pela limpeza do rio, a prestação de cuidados de saúde especializados e a compensação da comunidade. Contudo, as palavras passaram a poucos atos.

CHINA

PRECISAMOS DE ENCONTRAR YILIASIJIANG REHEMAN

Há cerca de dois anos, Yiliasijiang Reheman e a mulher, Mairinisha Abuduaini, esperavam o segundo filho. Ambos estudavam no Egito, longe da região autónoma de Xinjiang, na China, de onde são naturais e que tem sido alvo de uma campanha de perseguição à minoria uigur.

A pacatez das suas vidas foi abalada a partir de julho de 2017. Nessa altura, as autoridades egípcias começaram a deter uigures, entregando-os, posteriormente, ao governo chinês. Yiliasijiang Reheman e Mairinisha Abuduaini tentaram escapar, mas só a mulher conseguiu fugir.

Cerca de 200 estudantes foram detidos, sendo que 16 acabaram deportados para a China. O paradeiro de Yiliasijiang Reheman é desconhecido.

Até um milhão de pessoas, a maioria de origem uigur, foram colocadas nos chamados campos de reeducação em Xinjiang.





SOS Gambos

No passado dia 21 de outubro 2019, partimos para a região dos Gambos, no sul de Angola, com o objetivo de dar a conhecer ao mundo a situação que ali se vive.

Milhares de criadores de gado de pequenas comunidades nas províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe, têm sido afastados de terras que ocupavam há centenas de anos, para dar lugar a grandes explorações pecuárias. O resultado é uma grave crise alimentar naquela região, sem adequadas medidas de assistência ou compensação por parte do governo.

O relatório “O fim do paraíso do gado: como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos” mostra que a fome e subnutrição são uma realidade entre as comunidades dos Vanyanekes e Ovahereros. Terras que eram usadas durante séculos como pastagens comunitárias foram retiradas às comunidades sem que tivesse sido iniciado o devido processo legal.

As explorações pecuárias acabaram por ocupar dois terços das melhores pastagens na Tunda dos Gambos e no Vale de Chimbolela. A área que ocupam é conhecida como a “região leiteira” de Angola, porque a criação de gado e a produção de leite têm sido fulcrais para a economia e o modo de vida das populações.

Nestas imagens guardam-se histórias que é preciso contar e não deixar esquecer.



Na altura da seca, só os terrenos mais férteis ficam com água. Como eles foram tirados às comunidades tradicionais, agora elas têm de cavar poços fundos nos leitos secos dos rios, até encontrar água.



As mulheres percebem a importância da água como ninguém. São elas que cuidam diariamente da higiene dos filhos, de cozinhar para a família, de lhes dar de beber, enquanto os homens estão a tentar encontrar pasto para o gado. As crianças cabe a tarefa de ajudarem as mães, quando o trabalho delas, como as do mundo inteiro, deveria ser ir à escola, aprender e brincar.



Nas comunidades que visitámos, encontramos sobretudo mulheres e crianças, porque os homens saem com o gado na esperança de encontrar pastagens para lhes dar alimento.





As marcas de subnutrição são evidentes, sem serem precisos mais diagnósticos. De braços delgados e barrigas inchadas, recém-nascidos, crianças, jovens mães, mulheres ou idosas, mostram-nos que no mundo há coisas que teimam em não mudar.



Esta é uma região fértil, mas as fontes de água ficaram nas terras que foram desviadas e entregues a fazendeiros. Para as comunidades locais ficaram zonas como esta. É um lago seco sem uma gota de água.





Sem leite, a população tenta encontrar formas alternativas para sobreviver. Uma delas é vender lenha na cidade mais perto, a, pelo menos, dez quilômetros a pé.

Deixámos Angola com uma promessa: dissemos a todas estas pessoas que o mundo está atento ao que se passa e prometemos continuar a mostrar os seus rostos e a contar as suas histórias. Vamos continuar a dar-lhes voz.



Cidade, o maravilhoso mundo único

A cidade, a mais complexa e brilhante criação humana, sempre pareceu, por conceção e construção, o lugar de todas as oportunidades. Mais do que os efeitos económicos de aglomeração, as pessoas criaram a cidade para estarem juntas, atenuando medos. Assim, a cidade, imaginou-se o lugar mágico onde a liberdade se exponenciava, as culturas se abraçavam e a diversidade se multiplicava.

Perdem-se nos tempos os discursos sobre a cidade dos filósofos da antiguidade grega, no entanto mais contemporânea que muitos de passado recente, onde a polis representava política e democracia na urbe. Seria nela, deste modo, que se encontrariam diversas formas de residir, múltiplas oportunidades de emprego, variadas formas de mobilidade, múltiplas ofertas culturais, enquanto todos os seus habitantes se tornariam cidadãos de pleno direito.

Porém, este mosaico de gente e cultura que está na génese da criação das cidades, onde o respeito, a horizontal tolerância, a diversidade e os múltiplos modos de ser e estar se conjugam na pluralidade do mundo, é a mesma cidade que, em demasiadas circunstâncias, nega a liberdade que esteve na sua origem.

O direito à cidade está coartado a tantos, que por vezes, em muitas urbes do mundo, o parece estar à maior parte da sua população. Colocar as partes da cidade na observação do valor fundiário de solo é confundir espaço público com mercado privado, como se a urbe fosse, nada mais, nada menos, que uma imensa bolsa financeira, absolutamente



PEDRO RIBEIRO DA SILVA

Urbanista e coordenador da Rede de Cidades e Vilas de Excelência

“Periferias sociais, culturais e económicas, apenas acedem ao centro, na melhor das hipóteses, para o trabalho precário, horário noturno e baixo salário.”

segregadora de espaços e gente. Foi assim, liberalmente aberto o caminho para a profunda desigualdade de vida nas cidades.

Segregação social e espacial, fenómenos de pobreza visível e envergonhada, indignidade habitacional, externalidades nas localizações de funções, congestão viária, insuficiência de mobilidade nos transportes públicos, graves problemas ambientais e de saúde pública por eles provocada, diferentes modos de acesso à escolaridade, baixo rácio de espaços verdes por habitante e construção, segmentações etárias e de género,

barreiras arquitetónicas e urbanísticas, produzem desigualdades profundas e absolutamente contraditórias com o direito à cidade.

Há, no mundo, migrações do rural para as cidades e diz-se que, muito em breve, a enorme maioria da população mundial será urbana, mas não é verdade. Grande parte desta população está condenada à excentricidade. Periferias sociais, culturais e económicas, apenas acedem ao centro, na melhor das hipóteses, para o trabalho precário, horário noturno e baixo salário. São, por isso, suburbanos, ou seja, como indicia o nome, abaixo do urbano, sem acesso regular aos bens da cidade.

Há ainda os que não chegam à cidade pela falta de direito à mobilidade transfronteiriça, como se a Terra impusesse sinaleiros de orientação de tráfego humano. Ao chegarem às cidades agrilhoadas, o seu impacto fazem ventos naufragar adultos e crianças, num Mediterrâneo que mistura farrapos de roupa humana com detritos plásticos com que as sociedades inundam tanto mar. Ainda outros, prisioneiros da geografia e do tempo, veem os seus filhos sair, entre um interior que os retém e um litoral que lhes é absolutamente exterior.

Afinal, como lembra Ítalo Calvino, o grande imperador Kublai Khan ouvia atentamente o navegador Marco Polo a descrever-lhe as suas maravilhosas cidades e pouco lhe importava se era ou não verdade. Ele sabia que o seu império era um território sem pés nem cabeça, em urgentíssima necessidade de atenção.

A desigualdade fruto do desencontro

Um pouco por todo o mundo, o ambiente é de conflito. Seja por lideranças belicosas, como é o caso de Donald Trump, que passa o tempo a vociferar coisas contra alguém, seja pela pouca responsabilidade de figuras como Jair Bolsonaro. O conflito vem ainda do status quo daqueles que dominam as sociedades e que se veem sempre em questão e em causa, seja a um nível mais local, seja a um nível mais nacional ou global.

Num mundo dinâmico e em tensão, somos chamados ao ativismo pela matriz do pensamento que garante espaço para todos. Enquanto vivermos com a certeza da injustiça, da desigualdade e da discriminação não devemos parar de procurar soluções. Não dando ruído aos problemas, mas acrescentado valor, formulando e implementando as melhores práticas e soluções que mitiguem os problemas de direitos humanos no mundo.

Todas as desigualdades vêm do desencontro. Toda a injustiça social, todos os abusos de direitos humanos, vêm dessa falta de pontos comuns. É a falta de encontro, a competição excessiva, a falta de espaço e de diálogo construtor de pontes e entendimento que causam a maioria dos conflitos e desigualdades.

Em Portugal, há cerca de 26 mil famílias sem uma habitação condigna. A falta de oportunidades para que possam sair da pobreza é uma realidade e mesmo quem trabalha passa por dificuldades. Este é um problema grave e sistémico no nosso país. Famílias onde cada adulto



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“Enquanto vivermos com a certeza da injustiça, da desigualdade e da discriminação não devemos parar de procurar soluções. Não dando ruído aos problemas, mas acrescentado valor, formulando e implementando as melhores práticas e soluções.”

só tenha por vencimento o mínimo têm desafios muito importantes para sustentar os seus no mais básico: casa, saúde e educação de qualidade.

Há ainda sérios problemas de desigualdade a um outro nível, que não o económico, mas que se podem combinar e multiplicar. A discriminação, que pode ter por base o género, a orientação sexual, a origem étnica. Também a discriminação a pessoas portadoras de deficiência ou por razão de idade, que afeta tanto os jovens, sem oportunidades, como os mais velhos, excluídos da sociedade.

O cenário piora quando uma pessoa reúne cumulativamente várias razões de discriminação. A vida para uma mulher negra, pobre, que não teve acesso a estudos superiores, é sobejamente mais difícil. A estas várias camadas de discriminação damos o nome de multidiscriminação. Quem a carrega, são heróis e heroínas pelo simples facto de, a cada dia, se erguerem para, honradamente, lutarem o mais que podem para terem uma vida digna. Mais, para darem uma vida digna aos seus.

Acredito que toda a discriminação e todas as desigualdades do mundo vêm da desatenção e do desconhecimento. Da incapacidade de estendermos a mão ao outro. O encontro entre as pessoas, entre todas as forças e os interesses contrários, é um passo fundamental. E, ainda que árduo, é um projeto para todas as pessoas.

Na Amnistia Internacional, somos milhões e, por isso, um bom ponto por onde se começar.

2019 EM REVISTA

Apesar de termos sido testemunhas de desigualdades, injustiças e discursos de ódio, o ano que passou deixou-nos importantes vitórias em direitos humanos. Aqui, celebramos as conquistas que resultaram do trabalho de milhares de ativistas em todo o mundo.

JANEIRO

▮ O novo Código Penal de Angola, aprovado pelo parlamento, despenalizou as relações entre pessoas do mesmo sexo. Ao mesmo tempo, a discriminação baseada na orientação sexual passou a ser criminalizada.

▮ Para homenagear Julián Carrillo, ativista mexicano dos direitos ambientais assassinado em outubro de 2018, a Amnistia Internacional divulgou um relatório que denunciava a falta de proteção que o governo proporciona a estas pessoas. Horas depois, dois suspeitos do crime foram detidos.



FEVEREIRO

▮ Depois de ter passado 76 dias detido na Tailândia, o futebolista e refugiado Hakeem al-Araibi pôde regressar a sua casa, em Melbourne. Nascido no Bahrein, o atleta – conhecido por ser um crítico pacífico do seu país – tinha sido alvo de um falso alerta vermelho da Interpol.

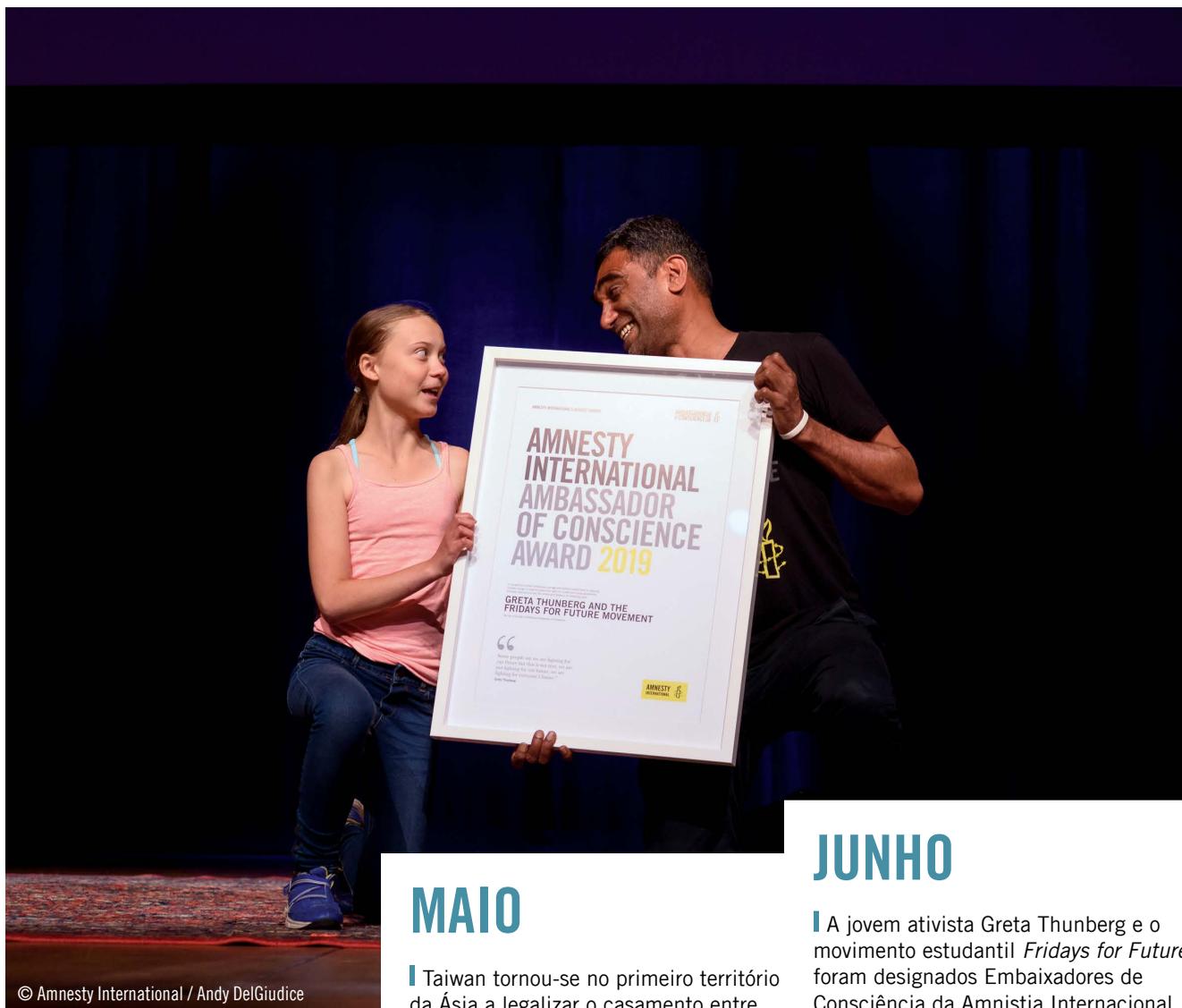
▮ As autoridades sauditas reverteram a execução da ativista Israa al-Ghomgham, por acusações relacionadas com a participação pacífica em protestos.

MARÇO

▮ Uma marcha para assinalar o Dia Internacional da Mulher, organizada pela defensora de direitos humanos Vitalina Koval, em Uzhgorod, na Ucrânia, decorreu pacificamente e com os participantes protegidos pela polícia. O evento assumiu-se como um marco na região, depois da violência registada em anos anteriores, devido à ação de grupos extremistas.

▮ O Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM na sigla inglesa) admitiu, pela primeira vez, que ataques aéreos mataram e feriram civis na Somália, após a publicação de um relatório da Amnistia Internacional.

▮ O parlamento iraquiano deixou cair um diploma sobre cibercrime que poderia colocar em causa a liberdade de expressão.



© Amnesty International / Andy DelGiudice

ABRIL

■ O presidente da Guiné-Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, anunciou que o governo do país iria introduzir legislação para abolir a pena de morte. Contudo, até agora, não há desenvolvimentos sobre este dossiê.

■ O jornalista moçambicano Amade Abubacar, detido de forma arbitrária em janeiro, foi libertado, após uma campanha da Amnistia Internacional.

MAIO

■ Taiwan tornou-se no primeiro território da Ásia a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

■ A decisão da FIFA de abandonar os planos para expandir a outros países da região o Campeonato do Mundo de Futebol de 2022, que terá lugar no Qatar, é uma vitória dos direitos humanos. A Amnistia Internacional trabalhou em conjunto com uma coligação de ONG, sindicatos, jogadores e adeptos para alertar para os riscos deste alargamento da competição, incluindo a situação dos trabalhadores migrantes envolvidos na construção das infraestruturas.

JUNHO

■ A jovem ativista Greta Thunberg e o movimento estudantil *Fridays for Future* foram designados Embaixadores de Consciência da Amnistia Internacional em 2019. A distinção, a mais importante da organização, celebra o exemplo de pessoas que demonstraram liderança e coragem únicas na defesa dos direitos humanos.

■ A Grécia alterou a lei para reconhecer que sexo sem consentimento é violação, num passo há muito esperado. Já o governo dinamarquês comprometeu-se a fazer o mesmo.

■ O Burkina Faso começou a disponibilizar contraceptivos e consultas de planeamento familiar gratuitas.



JULHO

! O parlamento do Reino Unido aprovou uma proposta de lei para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Irlanda do Norte.

! Numa audiência no Congresso dos Estados Unidos da América, um executivo da Google confirmou que a empresa tinha “extinto” o projeto Dragonfly, que tinha como objetivo desenvolver um motor de busca que facilitaria a vigilância repressiva e a censura da Internet por parte do governo chinês. Antes, a Amnistia Internacional tinha lançado a campanha #DropDragonfly.

AGOSTO

! O blogger mauritano Mohamed Mkhaitir, condenado à morte e mantido sob detenção arbitrária durante mais de cinco anos após publicar conteúdos sobre a discriminação entre castas, foi libertado.

! A Arábia Saudita anunciou reformas que levantaram algumas das principais restrições impostas às mulheres, incluindo o direito de obter um passaporte para viajarem sem a permissão de um tutor masculino.

SETEMBRO

! Ahmed H regressou a casa, depois de ter sido preso e mantido num centro de detenção de imigrantes na Hungria, durante mais de quatro anos. Este cidadão sírio tinha sido detido sob acusações de terrorismo, após confrontos na fronteira de Röszke. Na altura, estava a ajudar os pais idosos a fugir da Síria e a chegar à Europa.

! Um tribunal argelino absolveu a ativista Maïssa al-Oueslati, de 18 anos, depois de ter enfrentado falsas acusações que poderiam ter resultado numa pena de prisão de quatro anos. A jovem e o irmão de 16 anos foram detidos, de forma arbitrária, pela polícia, por terem filmado um manifestante que ameaçava imolar-se pelo fogo à frente de uma esquadra.



© Amnesty International Ireland

OUTUBRO

■ A secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania de Angola, Ana Januário Celeste, recebeu, em Luanda, a Amnistia Internacional. O encontro, acompanhado pelo diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto, serviu para a apresentação de um relatório que denunciava o impacto do desvio de terras para explorações pecuárias comerciais nos Gambos.

■ Todos os processos criminais relacionados com abortos foram suspensos na Irlanda do Norte.

NOVEMBRO

■ O jornalista e refugiado curdo-iraniano Behrouz Boochani, que relatou as violações de direitos humanos nos centros de detenção do governo australiano, chegou à Nova Zelândia. Para trás ficaram mais de cinco anos de reclusão na ilha de Manus, na Papua Nova Guiné.

DEZEMBRO

■ A Comissão de Direitos Humanos das Filipinas anunciou que 47 grandes empresas poluentes e de combustíveis fósseis podem ser responsabilizadas por violar os direitos humanos. A decisão histórica abre caminho para mais litígios e até investigações criminais.

■ O Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO na sigla inglesa) rejeitou uma proibição imposta pelo governo da Serra Leoa em 2015 que impedia jovens grávidas de frequentarem escolas.



GPS

© Amnesty International / Richard Burton

Geração Z preocupada com alterações climáticas

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Amnistia Internacional publicou um estudo que conclui que, a nível global, as alterações climáticas são a questão mais priorizada pelos jovens. No plano interno, a corrupção encabeça as preocupações.

O desafio foi lançado a mais de dez mil pessoas, dos 18 aos 25 anos, oriundas de 22 países. No final, o estudo “O futuro da humanidade” concluiu que as alterações climáticas são o principal problema global para esta faixa etária, conhecida como Geração Z.

A divulgação do documento coincidiu com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, assinalado a 10 de dezembro, e numa altura em que as alterações climáticas estavam a ser debatidas na COP 25, em Madrid. “Este é um sinal de alerta para os líderes mundiais, que têm de tomar medidas muito mais decisivas para enfrentar a emergência climática ou correm o risco de trair ainda mais as gerações mais jovens”, avisa o secretário-geral demissionário da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

Os jovens que participaram no estudo foram inquiridos sobre o atual estado dos direitos humanos, tendo de escolher cinco temas de uma lista de 23. Contas feitas, 41 por cento apontaram as alterações climáticas como a questão mais importante que o mundo atravessa, seguindo-se a poluição (36 por cento) e o terrorismo (31 por cento).

Sobre as questões ambientais em específico, o aquecimento global encabeçou as preocupações (57 por cento), numa lista que incluía a poluição marinha, do ar e a desflorestação.

O estudo vai além dos problemas do clima e, a nível nacional, mostra que a corrupção domina as atenções de 36 por cento dos participantes. A

instabilidade económica e a poluição (ambas 26 por cento), a desigualdade económica entre ricos e pobres (25 por cento), as alterações climáticas (22 por cento) e a violência contra as mulheres (21 por cento) completam a lista.

“Diante de tudo isto, a mensagem dos jovens é clara. Estamos a viver num sistema falhado. A crise climática, a poluição, a corrupção e os baixos padrões de vida são uma janela para uma verdade alarmante sobre como os poderosos exploraram o seu poder para obter ganhos egoístas e, geralmente, a curto prazo”, sustenta Kumi Naidoo.

As conclusões estão alinhadas com os fundamentos de muitos dos protestos que marcaram 2019, um pouco por todo o mundo, desde a Argélia, ao Chile, passando por Hong Kong, Irão, Líbano ou Sudão. O estudo relembra que estes movimentos foram, “em grande parte, liderados por jovens e estudantes”, que se revoltaram contra a “corrupção, a desigualdade e o abuso de poder”. A resposta das autoridades, em alguns momentos, foi exercida através de uma “violenta repressão”.

“Se houve algo que os acontecimentos de 2019 nos ensinaram foi que as gerações mais jovens merecem um lugar à mesa quando estamos perante decisões que as envolvem”, aponta Kumi Naidoo.

À ESPERA DE NOVOS SINAIS

A maioria dos jovens defende que os governos devem assumir maiores

responsabilidades na garantia dos direitos humanos. Um total de 73 por cento fez essa escolha, em detrimento do papel dos indivíduos (15 por cento), das empresas (6 por cento) e das instituições de caridade (4 por cento). O estudo indica ainda que 70 por cento dos inquiridos acreditam que votar nas eleições é uma maneira eficaz de iniciar mudanças.



© Mitja Kobal

ESCOLHAS CONSCIENTES

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS É FUNDAMENTAL PARA O FUTURO DOS PAÍSES

73%



GOVERNOS DEVEM LEVAR MAIS A SÉRIO O BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS DO QUE O CRESCIMENTO ECONÓMICO

63%



PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SEM OLHAR AOS IMPACTOS NA ECONOMIA

60%



ABC DO ESTUDO



Investigação encomendada à empresa Ipsos Mori



Inquéritos realizados online, entre 6 de setembro e 2 de outubro de 2019



Jovens de 22 países: Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Alemanha, Hungria, Índia, Quênia, México, Nigéria, Paquistão, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tunísia, Reino Unido, Ucrânia e Estados Unidos (Portugal não foi contemplado)



Aplicadas quotas quanto ao género e à idade dos participantes



© Amnesty International

Boas notícias

O PODER DO ATIVISMO NA **UCRÂNIA**

Em novembro, Kiev testemunhou a celebração da diversidade e do respeito pelos direitos humanos quando, no Dia Internacional da Memória Trans (23 de novembro), quando decorreu uma marcha com total segurança devido à proteção das autoridades. Estas foram mobilizadas para proteger os/as participantes dos violentos membros dos movimentos de extrema direita que marcaram presença e que ecoavam cânticos de ódio. Em março

de 2018, uma iniciativa semelhante acabou por não conseguir ser realizada devido à presença desses mesmos grupos. Contudo, um ano e meio depois, e no seguimento do trabalho desenvolvido pela Amnistia Internacional e por centenas de ativistas, a Ucrânia tem vindo a assistir a uma maior participação nestes movimentos, com cada vez mais garantias.

A sua assinatura pode salvar vidas

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição, damos a conhecer os seus casos nos apelos mundiais. Pedimos que não fique indiferente. Assine e envie os postais. O resultado é o que pode constatar nestas páginas.

RETROCESSO CHUMBADO NA ESLOVÁQUIA

Recentemente, o parlamento da Eslováquia chumbou uma proposta de lei que previa um retrocesso ao nível dos direitos das mulheres. O diploma em questão obrigaria quem pretendesse interromper a gravidez a ver uma ecografia do embrião ou feto, antes de tomar a decisão. Um total de 59 parlamentares votaram a favor, 24 contra e 40 abstiveram-se.



© Amnesty International / Fotis Filippou



© Ali Jarrar / Amnesty International



© Pierre Mumber

QUEM SALVA VIDAS DEVE SER CELEBRADO E NÃO CRIMINALIZADO

O bom senso prevaleceu nos casos de Scott-Warren (à esquerda) e de Pierre Mumber (à direita). Ambos estavam acusados de facilitarem a entrada irregular de migrantes nos seus países, simplesmente por terem prestado assistência humanitária. Scott-Warren ofereceu água, comida e assistência médica (Estados Unidos da América), enquanto Pierre Mumber deu chá e roupas quentes (França). Nos dois casos, todas as acusações foram retiradas.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA LIBERTADO NO IRÃO

Sete prisioneiros de consciência foram libertados sob fiança no Irão. A Amnistia Internacional acompanhou todo o processo e fez campanha por este desfecho. Esmail Bakhshi (à esquerda), Sepideh Gholian (à direita), Atefeh Rangriz, Marzieh Amiri, Sanaz Alahyari, Amirhossein Mohammadifar e Amir Amirgholi estavam injustamente detidos pelo trabalho pacífico de defesa dos direitos laborais, da liberdade de expressão e de imprensa. Agora, aguardam julgamento em liberdade.



© Private



© Private

“(…) o que é necessário, é possível e tem de tornar-se realidade.”

ADELA CORTINA, HASTA UN PUEBLO DE DEMÓNIOS, ÉTICA PÚBLICA E SOCIEDADE, TAURUS, MADRID, 1998.

É com esta convicção racional plena de afetividade que caminhamos. O mote ficou dado quando o fundador da nossa organização, Peter Benenson, nos inspirou ao afirmar que “mais vale acender uma vela do que mal dizer a escuridão”.

Para todas as pessoas que defendem os Direitos Humanos e para nós, em particular, 2019 foi um ano pleno de desafios, pois aquilo que já é conhecido como “retrocesso civilizacional” continua a crescer, tal como o “ovo da serpente”, tão bem caracterizado por Bergman no filme com o mesmo nome. Para além destes, deparamo-nos com a necessidade de definir posições e propor ações relativamente à questão das alterações climáticas/ambientais que poderão pôr em causa a continuidade da vida no planeta. Face a tudo isto, a opção continua a ser: conhecer, informar, sensibilizar, “arregaçar as mangas”, agir e levar à ação.

Nesse pressuposto, realizou-se na Costa Nova, de 18 a 20 de outubro, o Encontro de Formação e Capacitação em Liderança, cujo objetivo fundamental foi melhorar os mecanismos de liderança e tornar o movimento mais forte e preparado para os desafios que se colocam.

O Encontro de Estruturas que se realizou em Leiria, entre 15 e 17 de novembro, foi uma demonstração de vitalidade e de entusiasmo. A diversidade de ações concretas desenvolvidas em muitas cidades do nosso país, centradas nas diversas campanhas e nos objetivos do plano estratégico da AI Portugal, desde a Educação para Direitos Humanos, passando pelas questões dos migrantes e dos refugiados e das várias formas de discriminação, provaram que a nossa

presença faz, de facto, a diferença! Neste sentido, também a capacidade reativa se fortalece na organização e a resposta pronta às Call to Action tem sido uma constante nas várias estruturas.

De salientar a participação de estruturas recentemente criadas como é o caso do Núcleo de Portalegre, de Almada e de São Miguel a quem desejamos força e coragem para continuarem nesta senda de um mundo onde todos os direitos sejam para tod@s! Outro aspeto que salientamos como muito positivo deste Encontro refere-se à componente de formação, neste caso as conferências: “Alterações Climáticas: uma introdução científica aos desafios urgentes do presente”; “Direitos Humanos e Ambiente – os desafios urgentes que precisam de ajuda de campanhas e ativismo!” e “Direitos Humanos – uma introdução” que, no seu conjunto contribuíram significativamente para a capacitação de estruturas, membros da direção e equipa executiva.

Por ocasião do Encontro de Estruturas realizou-se também o Conselho Geral, no dia 16. A Presidente da Direção, Patrícia Filipe, fez o ponto da situação relativamente aos trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela direção, tendo apresentado o Código de Conduta dos Membros da Amnistia Internacional Portugal, cuja elaboração contou com a participação de vários membros, aos quais a direção agradece todo o empenho no trabalho desenvolvido. O Conselho Geral pronunciou-se favoravelmente e por unanimidade em relação à proposta apresentada. O mesmo se verificou no que se refere ao Plano Operacional e Orçamento para 2020 que foi apresentado pelo nosso Diretor Executivo, Pedro A. Neto.

Propostas estas que foram debatidas e votadas na Assembleia Geral de dia 7 de dezembro de 2019, em Lisboa.

A visão e a missão da AI sustentam-se na ideia de um mundo em que os Direitos Humanos sejam realidade na vida de todos os seres humanos, pois todos têm valor em si, têm dignidade e esta exige respeito. Assim, embora a nossa ação seja no presente, ela visa sempre o futuro. Por isso mesmo, está em fase de conclusão a Estratégia de Juventude da nossa secção, sendo os jovens uma das prioridades estratégicas em matéria de Direitos Humanos, o que fica bem patente nos Encontros de Jovens Ativistas (AJA). Este ano, a sua 20.ª edição decorreu em Santa Maria da Feira sob o lema “O nosso planeta, os nossos direitos”, em dois momentos distintos, primeiro para jovens entre os 15 e os 18 anos (25 a 27 de outubro) e depois para jovens entre os 19 e os 24 anos (1 a 3 de novembro). Como sempre, uma excelente ocasião para aprender, partilhar e desenvolver o ativismo.

E, com a Maratona de Cartas já em marcha, terminamos 2019 e iniciamos 2020, seguros de que os desafios que a Humanidade enfrenta têm que ser motivo para estarmos mais unidos e mais conscientes de que o ódio, a violência e todas as afrontas a uma sociedade justa e igualitária se vencem com amor, com diálogo, com solidariedade e com políticas efetivas de respeito pelos direitos fundamentais. Em 2020 vamos preparar-nos para definir objetivos para um novo Plano Estratégico e continuaremos a fazer aquilo que sabemos fazer melhor: semear as sementes da esperança!

Contamos com tod@s!

0,5% IRS

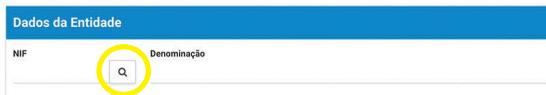
NÃO DEIXE PARA AMANHÃ O QUE PODE AJUDAR HOJE!

Sabia que pode consignar já o seu IRS sem ter de esperar pelo início do período de entrega? Para isso basta aceder ao Portal das Finanças e indicar a entidade à qual pretende consignar o IRS ou o IVA. Deve fazê-lo até ao dia 31 de março, antes do início da entrega da declaração de rendimentos modelo 3 e do IRS Automático. Quando chegar a época do IRS, apenas tem de confirmar a sua opção.

COMO ANTECIPAR A CONSIGNAÇÃO DO IRS?

É muito simples. Para fazer a consignação do IRS antes da entrega da declaração de rendimentos, tem de aceder ao Portal das Finanças e realizar os seguintes passos:

1. Clicar em **Serviços**
2. Navegar na lista de serviços até à opção **Dados Pessoais Relevantes**
3. Escolher a opção **Comunicar Entidade a Consignar IRS/IVA**. Só depois de escolher “submeter” é que fica disponível a opção de procura e escolha do NIF e da entidade
4. **Selecionar a entidade** a consignar, clicando no botão de pesquisa



Dados da Entidade

NIF	Denominação
<input type="text"/>	<input type="text"/>

5. **Pesquisar** ‘Amnistia’ no filtro. Esta opção está localizada no canto superior direito. Depois, apenas tem de clicar na entidade escolhida



Lista de Entidades

NIF	Denominação
501223738	AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL, ABREVIADAMENTE A.I. - PORTUGAL

N.º de Resultados: 1
Filtrado por 4.032 total de entradas

6. **Submeter** o pedido

Queremos que saiba que, ao escolher a Amnistia para consignar o seu IRS, está a apoiar o nosso trabalho e a salvar vidas todos os dias. É uma forma simples e sem custos de dizer que os direitos humanos são importantes para si, que esta é a sua causa e que juntos conseguimos um mundo melhor e mais justo. Obrigado.

OS NÚMEROS QUE FAZEM A DIFERENÇA:

501 223 738

OS SALDOS
CHEGARAM À
LOJA DA AMNISTIA



Chegou a época de saldos e a loja da Amnistia Internacional está repleta de novidades e promoções. Não perca a oportunidade de comprar produtos que fazem a diferença, como esta t-shirt feita em parceria com o reconhecido artista VHILS. O design é uma alusão ao mural que ele dedicou à ativista e vereadora brasileira Marielle Franco e a todos os que ousam defender os direitos humanos.

COMPRE ARTIGOS QUE FAZEM A DIFERENÇA!

Visite loja.amnistia.pt

Se é nosso membro ou apoiante, fique atento ao seu email. Em janeiro, vamos enviar-lhe um [código promocional](#).